

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

CAPÍTULO 2..... 13

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo

Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

CAPÍTULO 3..... 29

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>

CAPÍTULO 4..... 44

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

CAPÍTULO 5..... 54

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

CAPÍTULO 6..... 68

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>

CAPÍTULO 7..... 82

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

CAPÍTULO 8..... 99

INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>

CAPÍTULO 9..... 116

O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>

CAPÍTULO 10..... 128

CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

CAPÍTULO 11..... 139

MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>

CAPÍTULO 12..... 152

EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>

CAPÍTULO 13..... 171

ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962

Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

CAPÍTULO 14	184
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714	
CAPÍTULO 15	199
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715	
CAPÍTULO 16	214
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716	
CAPÍTULO 17	225
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717	
CAPÍTULO 18	238
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718	
CAPÍTULO 19	255
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719	
CAPÍTULO 20	267
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720	

CAPÍTULO 21	278
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721	
CAPÍTULO 22	288
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722	
CAPÍTULO 23	301
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723	
SOBRE A ORGANIZADORA	318
ÍNDICE REMISSIVO	319

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 26/05/2021

Camilla Gomes

Fundação Getulio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil

Rio de Janeiro-RJ

<http://lattes.cnpq.br/7404891170528033>

RESUMO: O artigo apresenta, a partir da análise do processo de tombamento de Olinda, o pleito para que Olinda fosse reconhecida Monumento Nacional, iniciado em 1972 e findado em 1980. É feita a análise das entrelinhas e do significado que o título teve para a martirizada cidade naquele contexto político, fazendo o contraponto com o que significou para Ouro Preto o título ainda em 1933. Olinda é reconhecida como “Monumento Nacional” doze anos após seu tombamento em 1968, o que nos dá margem a pensar que o tombamento não havia sido “suficiente” para sua preservação, além de questionar o que significou, então, esse título honorífico para a esquecida e injustiçada cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Olinda; Monumento Nacional; IPHAN; Tombamento.

OLINDA, FROM MARTYDOM TO GLORY: THE HISTORY OF THE CITY- MONUMENT THROUGH THE DOCUMENTATION OF THE BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE AGENCY (IPHAN), FROM 1972 TO 1980

ABSTRACT: This article talks about the process of recognizing the city of Olinda as a Brazilian National Monument from an analysis of the documentation of the Brazilian Cultural Heritage Agency (IPHAN) between the years 1972 and 1980. The aim is to understand the meaning that that title had for the martyred city in that political context, making the counterpoint with what meant to the city of Ouro Preto that same title still in 1933. Olinda is recognized as a “National Monument” twelve years after being listed as cultural heritage in 1968, which gives us scope to think that being listed had not been “sufficient” for its preservation, besides questioning what it meant, then, this honorary title for the forgotten and wronged city.

KEYWORDS: Olinda; National Monument; Cultural Heritage; Listed Cities.

1 | OURO PRETO E OLINDA: PARAGONANDO TRAJETÓRIAS

Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser erigida à condição de Monumento Nacional, antes mesmo da existência do SPHAN, que só viria a ser efetivamente criado em 1937. Já em 1933, diante de inquietações sobre a proteção do patrimônio cultural, com o surgimento de projetos de lei para criação de Inspetorias dos Monumentos Históricos, criação de Inspetorias

estaduais etc. Ouro Preto é condecorada com o título honroso de Monumento Nacional¹.

A propósito, é nas primeiras décadas do século passado que há esse despertar para a proteção do patrimônio arquitetônico no Brasil. E Minas Gerais é enxergada como o “berço de uma civilização brasileira”. Tanto é que já em 1938, com o advento do tombamento, muitas cidades mineiras foram tombadas e protegidas como conjuntos urbanos, a exemplo da própria Ouro Preto.

Foi numa viagem a Minas, em 1916, que Alceu Amoroso Lima e o então jovem Rodrigo Melo Franco de Andrade “descobriram” o Barroco e perceberam a necessidade de proteger monumentos históricos. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neocolonial, teve desperta sua admiração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhado do poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira [...] O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país- parte da construção da tradição nacional (FONSECA, 1997, p. 99).

Nascia a cara do Brasil, um Brasil barroco, pautado na herança colonial branca e cristã, que é a mais fiel representação da identidade que aquela sociedade queria enxergar. Para Miceli (1987, p. 44), “Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a ‘memória nacional’”.

Em 12 de julho de 1933, o chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, em decreto, diz:

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos de sua história;

Considerando que a Cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação;

O decreto deixava claro que, a partir daquela data, a cidade e todos os bens nela contidos, como obras de arte ou bens eclesiásticos, ficariam entregues “à vigilância e guarda” do Estado.

A ideia de Monumento Nacional, que foi aplicada a Ouro Preto, ocorreu pela primeira vez antes da existência do IPHAN e da política de tombamento. Seu surgimento tem a ver com a circulação de ideias sobre nacionalidade, também relacionadas ao Movimento

¹ Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Assina Getúlio Vargas. Processo 0070-T-38. Vol.1, pp. 4. IPHAN-Série Tombamento.

Modernista e às missões culturais de intelectuais brasileiros que desbravavam os rincões do Brasil.²

Nos permitindo sair do contexto brasileiro e explorando a ideia de Monumento Nacional, podemos lembrar o entendimento de Le Goff sobre a palavra Monumentum:

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às duas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

Le Goff ressalta que o monumento é, por excelência, um legado da memória coletiva. Assim sendo, a ideia de monumento como título honorífico dado à cidade traduz sua importância na manutenção da memória coletiva, e, no entendimento mais contemporâneo de Assmann, na ancoragem da *memória cultural*.

Como já é bem sabido, é na França que a ideia de monumento, passível de proteção e de pertencimento comum, vai ganhar forma, a partir das repercussões da Revolução Francesa de 1789. Fonseca (1997, p. 58) diz que os bens ameaçados de destruição “passaram a ter também um valor como documentos da nação, e se converteram em objetos de interesse não apenas cultural como também político”. A gênese da ideia de patrimônio comum, da faceta pública e do dever civil de protegê-lo, vem desse contexto. Para a autora (*idem*), “A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. A autora fala que foi durante o período revolucionário francês que o valor de nacionalidade dos bens se sobrepuja aos demais valores, trazendo, desde sua gênese, um nexo muito político no entendimento e na proteção do patrimônio. Para Nunez,

A partir do século XIX, passou a considerar-se o monumento nacional como o elemento básico que integraria o patrimônio como herança em comum, baseado no valor de antiguidade, acima inclusive do valor artístico. [...]. Os nacionalismos europeus do século XIX, portanto, viram nos monumentos os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos, e por isso os monumentos foram definidos como monumentos nacionais (NUNEZ, 2016, p.197).

É na lógica de servir ao Estado como aglutinador de uma pretenciosa nacionalidade que o patrimônio é pensado, e alavanca-se, então, a ideia de Monumento Nacional.

Olinda, ao contrário de Ouro Preto, tem seu reconhecimento enquanto Monumento Nacional apenas em 1980, doze anos decorridos de seu tombamento pelo IPHAN, em 1968. Em livro³ comemorativo a elevação de Olinda enquanto Monumento Nacional, Fernando

² Sobre isso, cf. FONSECA, 1997, p. 93. Capítulo “O Movimento Modernista e o Patrimônio”.

³ Edição comemorativa à Elevação de Olinda a Cidade Monumento Nacional 1982. Direitos reservados da edição à Prefeitura de Olinda.

Coelho, autor do projeto de lei que solicitava tal feito, fala sobre o processo:

Outras cidades brasileiras – quase todas mais novas e com presença menos assinalada na nossa história e na nossa vida cultural - já haviam sido distinguidas com o título honroso de “Monumento Nacional”. Com o título e com o tratamento a que o título obriga. Enquanto Olinda permanecia esquecida. Discriminada nos orçamentos federais. Sem conseguir sequer os recursos imprescindíveis para conter o avanço do mar, as inundações do Beberibe, o deslizamento dos morros. Injustiçada com a negativa do galardão e dos serviços públicos a que tinha direito. Abandonada à sua própria sorte, sem meios nem ao menos para conservar o conjunto arquitetônico do Sítio Histórico, ameaçado de destruição (COELHO, 1982, p. 13).

Devemos, porém, problematizar que o significado de Ouro Preto ter sido erigida à condição de Monumento Nacional em 1933 é diferente do que representa Olinda ter sido alçada a esta condição em 1980. Não apenas porque os contextos políticos eram diferentes, mas sobretudo porque eram diversos os conceitos, dado o próprio alargamento da noção de Patrimônio Cultural. Além disso, em 1980, já se havia uma experiência prática de políticas culturais voltadas à preservação do patrimônio de, pelo menos, 40 anos.

2 | A MARTIRIZADA OLINDA

Em carta⁴ a Carlos Drummond de Andrade, o então presidente do IPHAN, Renato Soeiro, fala, já em 1968, dos problemas que Olinda enfrentava. Primeiro com o avanço do mar, que foi solucionado com a construção de um quebra-mar em torno dos anos 1960. Falava também dos riscos de deslizamento das encostas.

As insatisfações sobre a degradação de Olinda continuam por alguns anos, com repercussões na imprensa. O processo de tombamento de Olinda, processo 674-T-62 do IPHAN, que aqui nos é base de análise, apresenta um hiato de documentação entre os anos de 1968, ano em que se efetiva o tombamento da cidade e 1972, ano que é retomado o registro documental também em função do pleito pela Olinda Monumento Nacional.

⁴ Carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade, em 28 de março de 1968, assinada por Renato Soeiro. Processo 674-T-62, Vol. 1, pp. 28. Série Tombamento, IPHAN.

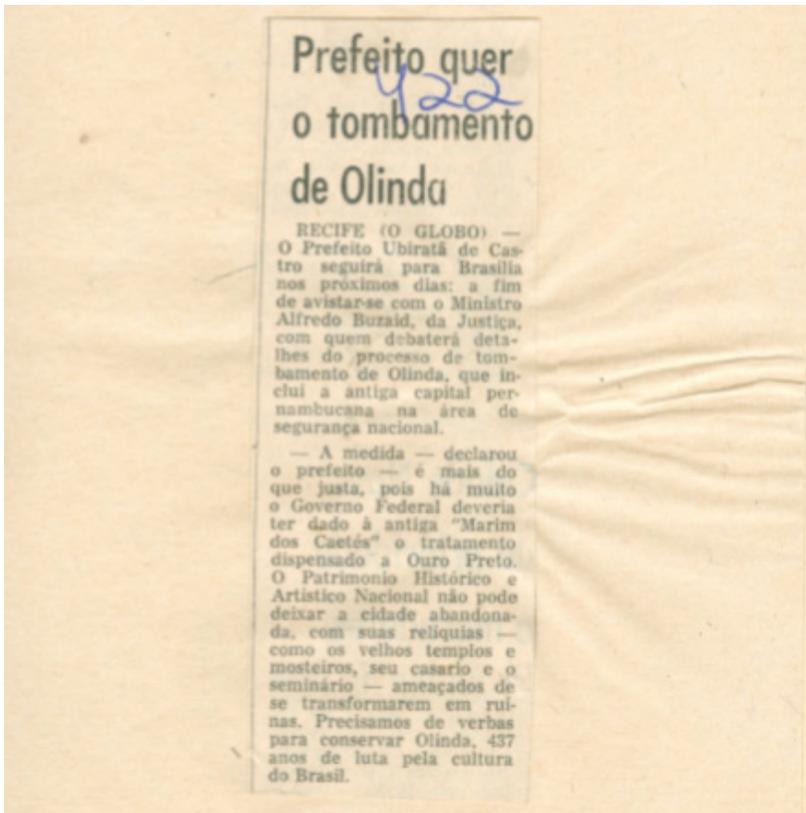


Figura 2 - Trecho do Jornal O Globo, de 7 de setembro de 1972, constante no processo 674-T-62.

Fonte: Arquivo Noronha Santos-IPHAN.

Trecho do Jornal O Globo, de setembro de 1972, mostra que o então prefeito de Olinda, Ubiratã de Castro, seguiria para se encontrar com o ministro da Justiça para tratar o “tombamento” de Olinda⁵ e sua possível inclusão na zona de segurança nacional. Diz o prefeito:

[...] há muito o Governo Federal deveria ter dado à antiga 'Marim dos Caetés' o tratamento dispensado a Ouro Preto. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não pode deixar a cidade abandonada, com suas relíquias – com os velhos templos e mosteiros, seu casario e o seminário – ameaçados de se transformarem em ruínas. Precisamos de verbas para conservar Olinda, 437 anos de luta pela cultura do Brasil.⁶

Diante do cenário desolador da cidade, uma série de articulações foram feitas para chamar atenção para a preservação do patrimônio cultural, considerando todos os processos que corriam em paralelo, como o próprio andamento do Plano de Desenvolvimento Local

5 Olinda já estava tombada. O jornal se referia então ao pleito pela Olinda Monumento Nacional, assim como por verba para a conservação da cidade.

6 Trecho do Jornal O Globo, de 7 de setembro de 1972, constante no processo 674-T-62, Vol. 1, pp. 42. Série Tombamento, IPHAN.

Integrado.

Como figura central na petição de Olinda como cidade Monumento Nacional, Luiz Vital Duarte, enviara, em setembro de 1972, uma documentação que pedia o reconhecimento da velha Marim dos Caetés.

[...] vem, respeitosamente, submeter à alta apreciação de V. Excelência, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, com fundamento no parágrafo 30 do art. 153 da Constituição Federal⁷, a proposta que objetiva transformar a CIDADE DE OLINDA em "MONUMENTO NACIONAL", ouvidos se assim o Governo Federal o desejar os Ministério da Justiça e Conselho de Segurança Nacional, a qual ficaria sob a administração direta do Governo da República, através da pessoa idônea e de plena confiança do Presidente da República [...]⁸

Vital Duarte era oficial da reserva do Exército (Major), residia em Olinda e também era membro do Instituto Histórico de Olinda. Era, ainda, presidente da Irmandade de N. S. da Conceição dos Militares.

Sobre os aspectos legais do título honorífico, e que talvez traga maior clareza sobre a diferença da lei do tombamento, Vital Duarte diz:

A Decretação, pelo Governo da República, da Cidade de Olinda como Monumento Nacional com a prerrogativa de ter na Chefia do Executivo um administrador da confiança do Chefe da Nação, é uma medida que garantiria ao Município o fiel cumprimento das disposições do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que dispõe sobre as medidas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, impedindo, realmente, que as coisas tombadas continuassem a ser destruídas e, também, sem prévia autorização especial do Instituto do Patrimônio, continuassem a sofrer, como tem sofrido Olinda, pinturas, restaurações e reparos contrastando flagrantemente com as suas linhas fundamentais, com flagrante descaracterização.

[...]

O Administrador Federal da "Cidade Monumento" diligenciará no sentido de que, por falta de iniciativa das autoridades encarregadas de mandar executar as obras consideradas necessárias à conservação de edificações de real valor histórico artístico e cultural, os proprietários das coisas tombadas não viessem a exercer o direito que lhes faculta a lei de requerer o destombamento; diligenciará também para que, em caso da verificação de urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, estas fossem imediatamente projetadas e executadas com a assistência e participação do Serviço do Patrimônio, independente de qualquer outra formalidade que viesse obstaculizar a sua ação fiscalizadora, tendo em vista a preservação dos monumentos de real valor histórico e artístico existentes na Cidade Monumento.⁸

O que propõe Vital Duarte, então, é uma forma de administração mais direta e

7 § 30. É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Podêres Públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridade. (Artigo 153 da Constituição Federal de 1967)

8 Processo protocolado como MEC 001549, enviado por Luiz Vital Duarte à Presidência da República para requerer a elevação de Olinda à Monumento Nacional. Datado de 25 de setembro de 1972. Processo 674-T-72, Vol. III, pp. 2-20. Série Tombamento, IPHAN.

centralizada sobre a cidade, pois vinda de indicação do “Chefe da Nação”. Seria o Poder Executivo como interventor federal para gerir o patrimônio histórico e artístico de Olinda, sem desconsiderar o significado do Decreto-lei nº 25 de 1937, e levando em consideração o trabalho fiscalizador do IPHAN. Em relação a este órgão, ele deixa claro, porém, que entende não estar sendo suficiente para a preservação da cidade: “[...] conclui-se que a ação fiscalizadora da DPHAN não tem conseguido resultados mais positivos para a preservação dos monumentos, sobretudo em face da indiferença dos Prefeitos que tem ocupado a Chefia daquela Cidade, [...]”⁸, diz o major.

Vemos como o contexto político traz uma outra semântica para o título honorífico de Monumento Nacional, se formos comparar à elevação de Ouro Preto em 1933. Não se trata apenas de um título de honra que a equipararia “às suas irmãs de outros Estados”, mas de uma intervenção federal na administração e gestão da cidade e de seu patrimônio cultural, além de ser uma medida protetiva que poderia angariar mais recursos da União em sua restauração.

O título conversa com as intenções de recuperação de cidades históricas para promoção da indústria turística, como era intenção do governo militar, em seu mote de desenvolvimentismo nacionalista, assim como corroboraria para o trabalho que a UNESCO vinha desenvolvendo no reconhecimento de bens culturais como Patrimônio da Humanidade, como viria a ocorrer a Olinda anos mais tarde.

Politicamente, o Major busca também o nexo da brasilidade que o patrimônio tem por representação. Clama a Olinda um lugar no panteão dos deuses da memória nacional, a memória oficial que representaria o Brasil que se tentava construir naquela época. Continua o Major:

As forças políticas de Olinda não são atuantes nem coesas, [...] desprovidas de objetivos sociais e políticos de grande envergadura, entregam-se comumente nos bastidores, às práticas condenáveis e mesquinhas de uma política partidária alheia aos superiores interesses da coletividade, subestimando, como é óbvio, as mais autênticas tradições que Olinda tem, como legado de seus antepassados que sempre primaram pelo respeito à ordem e à liberdade, fazendo do poder político a força latente que faria florescer a grandeza e os sentimentos de brasilidade de olindenses, então empenhados em estabelecer a autonomia e a independência das suas manifestações culturais e políticas.

Nas suas campanhas [...] limitam-se aos ataques pessoais [...] quando deviam debater com as massas os problemas nacionais, esclarecendo-lhes acerca das medidas de alto nível que vem sendo tomadas pelo Governo da Revolução.

[...]

As facções políticas do Município, em vez de estimularem a formação de valores, procuram alijar das hostes partidárias municipais, homens inteligentes e perspicazes preparados para administrar porque conhecedores dos males que afligem os diferentes setores da atividade pública municipal, muitos deles aliando a um grande fervor patriótico o desejo apaixonado de servir à coisa

pública, só porque tais elementos não se prestariam para agenciar suas barganhas, contrariando os princípios fundamentais da Revolução de Março de 1964.

[...]

Se ocorrer a derrota da Arena, então assumirá o candidato do MDB, acarretando para Olinda uma situação político-administrativa insustentável, completamente divorciada dos verdadeiros objetivos nacionais e sem a força necessária para postular junto ao Governo Central, a implantação de certos melhoramentos que importam no bem-estar, no progresso da Comunidade Olindense.

[...]

Uma solução justa e razoável que consiste na sua transformação em Cidade-Monumento Nacional, antes mesmo da realização das eleições, a fim de que nenhuma relação possa existir entre os resultados do pleito e a concretização da medida aqui sugerida.

De outra forma, o Governo ficará impossibilitado de acorrer às angústias da população Olindense, pois não encontrará no seio dos emedebistas aquela indispensável confiança que lhe possibilite aplicar no Município, os recursos que o mesmo carece para a conjugação dos seus esforços com a União Federal, na execução dos planos nacionais de desenvolvimento.⁸

Os aspectos políticos trazidos pelo Major Luiz Vital Duarte em seu discurso demonstram total alinhamento com a Ditadura Militar, de forma a exaltar os valores prezados pelo governo autoritário como “respeito à ordem”, mostrando que os problemas que, segundo ele, o poder executivo enfrentava, acabava afetando os “interesses superiores da coletividade”, de modo a não provocar o “sentimento de brasilidade” que os cidadãos deviam endossar na época.

Em crítica ao governo municipal, fala que “homens inteligentes e perspicazes” eram alijados do governo, homens que, como ele, possuíam grande desejo de servir à Nação, aliado a “grande fervor patriótico”.

Frisa que o reconhecimento de Olinda como Monumento Nacional legitimaria a intervenção do Governo Federal na administração da cidade. Em relação à Segurança Nacional, o Major continua:

Quanto aos aspectos relativos à segurança nacional, a medida se apresenta como das mais alvissareiras, visto como Olinda, sede de quatro unidades militares, e transformada em Cidade Monumento Nacional sob a Administração Central da União, eventualmente, pode constituir-se ponto estratégico para a manutenção da ordem política e social.

É importante frisar ainda que pela sua condição estratégica, Olinda teve em seu território, recentemente, vários aparelhos de subversão desbaratados pela polícia, os quais se situavam ao longo de suas praias.

Demonstrando claro apreço à “manutenção da ordem política” vigente, o Major via em Olinda “Monumento Nacional” o ponto estratégico de representação do governo

autoritário.

Nessa documentação enviada à Presidência da República através do Ministério de Educação e Cultura, protocolada pelo Departamento de Assuntos Culturais como Processo MEC 001549, Vital Duarte destrincha as razões pelas quais fazia o pleito pela Olinda Monumento:

Por sua arquitetura típica do período colonial brasileiro, quando do fastígio da agro indústria do açúcar nos séculos XVII e XVIII, Olinda de há muito já devia ter sido oficialmente reconhecida como Cidade monumento, o que teria preservado a inteireza de muitas de suas edificações mais historicamente expressivas que, pela ação predatória e inconsequente de administradores incapazes, sofreram ao longo de muitos anos, deformações imperdoáveis com a convivência descabida e ilegal da administração do Município, irregularidade que ainda subsiste, inobstante a ação fiscalizadora do IPHAN.⁸

Vemos que Vital Duarte realça a importância da arquitetura colonial, do testemunho histórico que ela representa e mostra que Olinda andava esquecida pelas autoridades, e que seu prévio reconhecimento como Monumento Nacional poderia ter evitado muito de sua degradação. Insiste em falar, então, do momento de degradação e desolação vivido pela cidade, que vinha sendo denunciado e percebido há anos, porém sem atitudes efetivas para remediá-la. Se pensarmos, então, nos processos paralelos que ocorriam no período, vemos que as missões da UNESCO foram muito importantes para o reconhecimento do valor excepcional da cidade, assim como para o clamor pela “proteção absoluta”, além de já falar sobre as ameaças sofridas pela cidade.

A partir do intento do Governo autoritário em explorar o potencial turístico das cidades históricas, em parceria com a UNESCO, foram pensadas políticas de cultura que revalorizassem os sítios históricos, que restaurassem as cidades degradadas, o que culminou, então, no PCH. Tudo estava ocorrendo em paralelo e de forma interligada, assim como os estudos para a expansão do polígono de tombamento e o próprio PDLI, que tinha como uma de suas premissas o desenvolvimento local através do potencial do turismo cultural. Segundo Chuva e Lavinias,

Destacaremos também uma questão de natureza teórica, relativa ao conceito de Estado que embasa a interpretação das políticas culturais (e do PCH) como parte do processo de modernização autoritária do Estado implementada pelo regime militar - que aprofundou as relações capitalistas no Brasil e complexificou o Estado e a integração de redes sob seu controle (CHUVA e LAVINAS, 2016, pp. 77).

Vital Duarte realça a importância histórica da cidade esquecida, como se esse fosse o traço mais forte de uma memória que era carregada pela cidade, pelos lugares, em seu traçado urbano, em seu casario, em sua espacialidade marcada pelos eventos históricos, sobretudo do passado colonial:

[...] fundada por Duarte Coelho Pereira, Donatário da Capitania de Pernambuco, e, oficialmente, reconhecida como vila por Alvará Régio de

12 de março de 1537, teve considerável importância na história política, social e econômica de Pernambuco e do Brasil, merecendo, portanto, o seu conjunto arquitetônico e urbanístico, cuidados especiais para que conserve as características expressivas da arte Tradicional Brasileira e, também, as significativas peculiaridades regionais.⁸

O major clama por proteção federal à cidade (como se o IPHAN e o tombamento já não cumprissem essa função), dizendo que a municipalidade permite que sejam realizadas obras, tanto de cunho privado quanto estaduais, à revelia da lei de tombamento federal (considerando o tombamento da cidade em 1968), o que provoca progressiva descaracterização do conjunto arquitetônico e urbanístico.

É flagrante, a partir da documentação, os processos de desvalorização e descaracterização vivido pela cidade durante esses anos. Avanço do mar, enchentes do rio Beberibe, construções irregulares, abandono de monumentos, como o Seminário de Olinda. Todo esse processo entra no âmago do impulso de preservação empreendido pelo major Duarte. E no processo, o autor continua a salientar as relações da cidade com os eventos históricos, clamando para a importância da permanência material desse testemunho:

[...] os monumentos históricos de Olinda se destacam não só pela sua imponência, mas, principalmente, pela relação com os mais importantes fatos ligados à formação e ao desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Encontram-se no município monumentos de destaque como: o Antigo Colégio dos Jesuítas, primeira instituição de ensino primário do Brasil, até que em 1796, Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda, o transformou em Seminário, emprestando-lhe caráter de escola secundária, a melhor escola desse nível até então fundada no país. Foi no velho seminário de Olinda que o célebre Padre Antônio Vieira ensinou retórica. A sua fundação está ligada a iniciativa de Jesuítas ilustres como Manuel da Nóbrega e Luís de Grã. Frequentou-o como aluno o Padre João Ribeiro, herói e mártir da Revolução de 1817. Encontra-se hoje, praticamente abandonado.

Outro monumento de real valor que V. Exa. bem conhece é o mosteiro de São Bento, onde funcionaram os primeiros cursos jurídicos do Brasil, criados pelo Decreto Imperial de 11 de agosto de 1822[...]

O prédio que fora construído por Duarte Coelho para funcionamento do Senado da Câmara e depois doado a D. Estevão Brioso de Oliveira, Bispo de Olinda, que o converteu em Palácio Episcopal, denominação que ainda hoje conserva, permanece sem os cuidados especiais que lhe deviam ser dispensados, somente recebendo ligeiras reparações e pinturas por iniciativa da Cúria, sem a preocupação de reproduzir exatamente os aspectos originais da construção.

Além desses, há vários outros monumentos e igrejas que difícil seria enumerá-los todos, podendo, todavia, ressaltar mais alguns como: A casa que viveu Fernandes Vieira, o Herói da Restauração, a única casa que escapou ao fogo ateado pelos Holandeses e mais uma série de pontos em que se desenvolveram fatos importantes da história colonial do Brasil e a igreja de S. João dos militares que também escapou às chamas do incêndio, merecedores, por conseguinte, da mais rigorosa proteção que até hoje não lhes tem sido dispensada.

A proteção que submeto à honrada apreciação de V. Exa., e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, assenta, sobretudo, no fato de ter sido Olinda, depois da chegada de Duarte Coelho, em 1535, construída sobre as encostas de uma colina, dominada por uma capela e fortificação, constituindo destarte, o primeiro exemplo na América, de cidade portuguesa tipicamente medieval, de ruas e ladeiras tortuosas e íngremes e de súbitas declividades.

Outro acontecimento de real significação histórica que teve lugar em Olinda, sem dúvida alguma, é o nascimento do “Teatro entre nós em 1575, no Colégio dos Jesuítas”, então Seminário de Olinda onde os seus alunos levaram à cena uma tragédia inspirada na parábola “Rico avarento e Lázaro pobre”, constituindo, destarte, tal encenação a primeira manifestação da arte teatral brasileira que mais tarde se expandiria por todo País.

A casa da Praça Conselheiro João Alfredo apresentando um expressivo conjunto de elementos arquitetônicos que nos permitem identificá-la como um valoroso remanescente da arquitetura residencial do mais remoto período colonial brasileiro, encontra-se hoje em ruínas, sem que ao menos a Municipalidade em conjunto com o IPHAN, se disponha a colocar uma fortificação qualquer para evitar o seu desmoronamento.

O conhecimento e a vivência que tenho dos problemas de Olinda, me têm despertado para a análise dos fatos atentatórios da integridade do seu patrimônio histórico e arquitetural, levando-me a propor a autoridades como V. Exa. e o Chefe da Nação, medidas de defesa capazes de impedir a sua desvalorização e amesquinamento, pois, inobstante a legislação em vigor que proíbe, expressamente, a destruição desse patrimônio, predominam acontecimentos de natureza diversa e de origem variada [...] todos virtualmente prejudiciais à proteção do acervo artístico cultural da velha e legendária Olinda.⁸

Atenção para o nexo de nacionalidade que reclama o Major a Olinda. Em diversos momentos de sua fala, apela para o marco primeiro, o mito de origem que Olinda significa para o Brasil. Primeiro colégio, primeiros cursos jurídicos, primeiro teatro, primeiro exemplo na América da cidade portuguesa. Essa busca pelo lugar fundador é a busca pela âncora da memória. É o estandarte da memória que reside nos locais, como diria Assmann. A autora fala que os locais “solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos” (ASSMANN, 2011, pp. 318).

Já diria o hino do estado de Pernambuco: A República é filha de Olinda. Vital traz à tona os marcos importantes da História não só de Pernambuco, como do Brasil, que tiveram como cenário Olinda. A construção, o incêndio, a restauração, o primeiro grito da república, o atravessar-o-tempo, são processos de desenvolvimento em que a cidade se transforma ao passo que porta em si, em sua materialidade, em seus lugares, a memória cultural. Vive e testemunha os eventos históricos, de forma a representar um monumento (em Le Goff, o legado da memória coletiva) com expressão de uma nacionalidade requerida, que estava em construção e buscava âncoras do nexo identitário, portanto, sim, Monumento Nacional.

3 I OLINDA, MONUMENTO NACIONAL

Olinda, multicentenária, mítica e mística, preserva nas pedras de suas ladeiras e monumentos, as marcas desses sonhos e lutas “que por seu viver morreram”, desde os mais aguerridos Tabajaras e Caetés, aos heróis do Capitão André Temudo contra o invasor batavo, dos mártires da República e da Liberdade, na Guerra fratricida contra os Mascates, aos mais humildes do povo marginalizado que vegeta nos manguezais da Ilha do Maruim, num painel feito de sonhos, fantasias, idealismo e horror, por entre as extasiadas paisagens dos seus “imprevistos horizontes” e das suas cores de azuis e de vermelhos poentes.

Uma cidade – a mais antiga e brasileira das cidades brasileiras – no quanto de Brasil Colonial, seja Portugal dos Trópicos, e seja barroco acachapado, e seja fé cristã sincretizada, e seja escravidão e ideais libertários, e seja tradição e renovação, conspiração e lealdade, bravura e mansidão, canto, forma e cor, cantigas de amor e cantochão de amor divino no ádrio sombrio dos conventos, palmeiras ao vento, sons de sinos, jasmineiros em flor, praias e ladeiras, infância, senectude, começo e fim, entrudo carnavalesco e sisudez monástica das quaresmas medievais.

Cidade símbolo. Muito, muito mais que apenas MONUMENTO NACIONAL – o mais belo testemunho do Homem nos trópicos americanos, produto do Engenho, do Sonho, da Arte das três culturas fundamentais brasileiras, amalgamando-se, miscigenando-se e construindo no Novo Mundo uma Civilização nova e um dia, a Deus querer, uma Nova ordem mais humana, mais cristã e mais digna do que a hoje imperante no dual e conturbado universo dominado pelo sistema industrial capitalista.

Olímpio Bonald Neto, prefácio do livro *Olinda Monumento Nacional*, de Fernando Coelho, 1982.

O prefácio do livro ensaia uma cidade vitoriosa, que havia apenas sido condecorada com o título de Monumento Nacional e representava, na visão daqueles que lutaram pelo título, toda a glória, ainda que por uma perspectiva deveras otimista, da cidade que carregava “nas pedras de suas ladeiras e monumentos” a memória de feitos, eventos, povos, e heróis que viveram a cidade, e que essa memória cultural chegava então àquele presente de Olímpio B. Neto⁹ como a herança dessa cidade gloriosa, agora Monumento.

O processo, porém, levou mais alguns anos para ter vitória. A luta pela Olinda-Monumento Nacional começara em 1972 e iria até 1980. Enquanto isso, a cidade enfrentava cheias do Beberibe, avanço do mar, deslizamento de morros, descaracterização de seu patrimônio.

Em 1975 é apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1.140 por Fernando Coelho, então deputado federal do MDB-PE, que, no texto, retoma muito do que foi dito pelo major Duarte. Fernando Coelho usa as palavras do major, publicada precedentemente em “Carta Aberta ao Presidente Geisel”, publicada no Jornal do

⁹ Olímpio Bonald Neto da Cunha Pedrosa, advogado, jornalista, folclorista, escritor, poeta e pintor, nasceu em Olinda, no dia 7 de outubro de 1932. Verbete: Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em 26 dez. 2018.

Comercio, do Recife, edição de 27 de setembro de 1975. Em palavras do major, dentro do projeto de lei¹⁰, consta:

A vetusta Olinda, fundada por Duarte Coelho, em 1537, antiga “Capital Eclesiástica pernambucana” e “florão de nossas glórias”, representa, exatamente a melhor e mais preciosa relíquia de nosso passado, de gloriosas tradições nacionais, por ser recordista do pioneirismo: da arte barroca do Nordeste; das moendas de açúcar de Pernambuco; dos cursos jurídicos do Mosteiro de São Bento, cenóbio transfigurado em *templum juris*, do lançamento da semente do ensino primário e eclesiástico do Nordeste, do teatro, da Santa Casa de Misericórdia, do Jardim Botânico, do desenho e lirismo brasileiros; da fundição, da Alfândega, das Irmandades, Ordens Religiosas, do atendimento hospitalar e das Escolas de Agronomia e Veterinária pernambucana; do Seminário para formação de padres católicos, “foco de irradiação das ideias liberais” fundado por Azeredo Coutinho, em 1800; dos Conventos Carmelitanos e Franciscanos e dos Escritores do Brasil; dos formosos monumentos nacionais, dos autênticos movimentos libertários: da guerra dos mascates, no nativismo, da Revolução Praieira, da Revolução Pernambucana de 1817 e da Convenção de Beberibe, antecipando a independência lograda no “Leão do Norte”, onze meses antes que o Príncipe D. Pedro respondesse às Cortes que ficariam no Brasil; dos heróis que erigiram o grande edifício da nacionalidade; do berço da civilização e da cultura nacionais e do primeiro general brasileiro, cuja história e evolução do tempo não conseguirá apagar.

A martirizada Olinda, digna de veneração, dentro de cujos templos se ouviram os mais pungentes gemidos da pátria oprimida, como ecoavam em suas abóbodas as notas melodiosas dos hinos e ações de graças pelas vitórias conquistadas a custo de muito sacrifício e derramamento de sangue que tingiu os chãos sagrados de Olinda, pelos seus mais valentes defensores que escreveram páginas de heroísmo na nossa história-Pátria, oferece aos estudiosos da vida pernambucana um conjunto de aspectos e de sugestões do mais incomparável valor. Em sua fisionomia paisagística, relembra um tanto a velha Coimbra; e se de Portugal emigrou para o Brasil a semente da tradicional Faculdade de Direito, fazendo na lendária Marim, de batismo Tabajara, segundo Frei Santa Maria Jaboatão, nascer a formação jurídica brasileira, na expressão de Oliveira Lima, novos estabelecimentos de cultura universitária se firmam para avivar nela os traços ainda existentes de sua fisionomia coimbrã.¹⁰

Em conclusão de seu projeto, Coelho diz “Quando se condena e se tenta evitar, a todo custo, a perda da memória nacional; quanto o país se empenha em conservar vivo o passado que serviu de alicerce à sua grandeza no presente – a homenagem que deveremos prestar à cidade de Olinda, através da presente proposição, constitui um ato de justiça a que não poderá faltar o Congresso Nacional”.¹⁰

O projeto tramita no Congresso Nacional durante cinco anos, trajetória narrada no livro do próprio Fernando Coelho intitulado *Olinda Monumento Nacional*, edição comemorativa ao feito.

A Lei nº 6. 863 de 26 de novembro de 1980 erigiu Olinda em Monumento Nacional,

¹⁰ Projeto de Lei nº 1.140 de 1975, Câmara dos Deputados, por Fernando Coelho. Consta no processo 674-T-62, vol. 3, pp. 74-75. Série Tombamento-IPHAN.

sancionada por João Figueiredo.¹¹ Olinda já corria, nesse momento, em busca do título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Coelho afirma que “‘Monumento Nacional’ e ‘Patrimônio Cultural da Humanidade’ são títulos que distinguem e notabilizam uma cidade – mesmo aquelas já consagradas como tais” (COELHO, 1982, pp. 102). Ele diz que mais do que título honorífico, a condição de Monumento Nacional traria os recursos e os caminhos para a restauração da velha cidade e “para a melhoria das condições de vida do seu povo sofrido e abandonado à própria sorte, durante tantos anos”.

O discurso do Major foi, desde o início, gatilho da memória cultural urbana, visto que trazia à tona os eventos históricos vividos naquele lugar, o sangue dos heróis derramado naquele chão. Vemos um apelo que se alinhava ao patriotismo e nacionalismo da época, de modo a esperar do governo militar uma espécie de “defesa” da cidade, quando é proposta a ideia de colocá-la na zona de segurança nacional. Vemos o quanto alinhado ao regime estava o major Duarte, e podemos, então, refletir, que Olinda Monumento Nacional é, portanto, traço desse patrimônio branco, cristão, ordeiro, patriota e reconhecidamente filha do regime militar, que buscava, no patrimônio, o monumento nacional, a ideia de “brasilidade” defendida pelo major. Vemos que a ideia de Monumento Nacional está relacionada à criação possível da identidade que se pretendia dentro dos anseios do regime militar. A memória oficial nos discursos do IPHAN e do Congresso que a consagrou em 1980. O burgo Duartino, a Marim dos Caetés, a martirizada Olinda, passava a ser, agora, Monumento Nacional.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação. Formas e Transformações da Memória Cultural*. Tradução: Paulo Soethe. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CHUVA, Márcia e LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75- 98. jan. - abr. 2016.

COELHO, Fernando. *Olinda Monumento Nacional*. Edição comemorativa à Elevação de Olinda a Cidade Monumento Nacional. Prefeitura de Olinda: GTB, 1982.

FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ipahan, 1997.

IPHAN, **Processo de Tombamento de Olinda**, processo nº 674-T-62, Série Tombamento.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

11 Lei que erige Olinda Monumento Nacional em 1980. Consta no processo 674-T-62, Vol. 3, pp. 183. Série Tombamento-IPHAN

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 22, p.44-47, 1987.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 194-212, jul.-dez., 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

H

Habitação social 278, 284, 286

I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

N

Normatização 23, 301, 307, 310

P

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

R

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

T

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

U

Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br